

CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA *LAGOA AMARELA* EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO MARANHÃO (1990-1999)

LAGOA AMARELA ACADEMIC HISTORY CENTER IN DEFENSE OF THE PUBLIC
UNIVERSITY IN MARANHÃO (1990-1999)

ANA BEATRIZ FERREIRA DE OLIVEIRA¹

RESUMO: O movimento estudantil possui um histórico de lutas em defesa da educação, de tal forma que é relevante ressaltar a memória dos estudantes e sua militância dentro das universidades brasileiras. Este artigo discorre sobre o movimento estudantil de História, através do Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, nos anos 90, período marcado pela luta estudantil em defesa do ensino superior público no país. Analisa-se o processo de redemocratização do Brasil, onde vigorou o avanço do neoliberalismo vinculado às propostas de privatização, inclusive das universidades do país, através de fontes documentais escritas e iconográficas que foram produzidas e arquivadas pela própria entidade ao longo das gestões que atuaram naquele tempo. Como metodologia, utiliza-se da História Oral desenvolvida através de três entrevistas com ex-discentes que militaram na entidade naquela época, ouvindo e analisando as falas dos entrevistados, os silêncios, esquecimentos e os conflitos de memória. Um estudo sobre o movimento estudantil e a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade para todos. Para além disso, os direitos estudantis conquistados e a emergente necessidade de continuar lutando pelo ensino público democrático no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Movimento Estudantil; UFMA; CAHIS

ABSTRACT: The student movement has a history of struggles in defense of education in such a way that it is relevant to highlight the memory of students and their militancy within Brazilian universities. This article discusses the student movement of History through the Academic Center of History *Lagoa Amarela* of the Federal University of Maranhão in São Luís in the 1990s, a period marked by the student struggle in defense of public higher education in the country. The process of re-democratization in Brazil, where the advance of neoliberalism linked to privatization proposals, including the country's universities, is analyzed through written and iconographic documentary sources that were produced and archived by the entity itself throughout the administrations that acted at that time. . As a methodology, it uses the Oral History developed through three interviews with former students who served in the entity at that time, listening and analyzing the interviewees' speeches, silences, forgetfulness and memory conflicts. A study on the student movement and the struggle for a public, free and quality university for all. In addition, the student rights conquered and the emerging need to continue fighting for democratic public education in Brazil.

KEYWORDS: Democracy; Student Movement; UFMA; CAHIS

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História - “História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes” pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Ensino de História do Maranhão pela Instituição de Ensino Superior Franciscano – IESF em 2022. Graduada pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA em 2020. Foi bolsista da CAPES no Programa de Iniciação à Docência – PIBID em 2014 a 2018. Professora efetiva pela Secretária Municipal de Educação em Marabá/Pará. E-mail: beatriz.ana.fo@gmail.com. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9488563337713830>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7401-059X>. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Brasil

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Redemocratização do Brasil; 3. Universidade pública e o movimento estudantil; 4. Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*: lugar de resistência; 5. Conclusão; 6. Referências

1. Introdução

O movimento estudantil possui um histórico de lutas cuja bandeira principal é a defesa da educação. Trata-se de um espaço que possibilita atuação estudantil e contribui para a formação humana e política dos estudantes, uma vez que os instiga a atuar no meio educacional e, conseqüentemente, na sociedade. A militância do movimento estudantil no Brasil traz à memória lutas pela garantia da democracia, inclusive na educação. Assim, há possibilidade de analisar a política educacional refletida nas universidades através da memória de tais sujeitos históricos: os estudantes.

Historicamente houve envolvimento político estudantil no Brasil desde o processo de criação das universidades. No período da Ditadura Militar (1964-1984), constatou-se a participação ativa dos estudantes secundaristas e universitários nos movimentos de resistência, mostrando sua ação política no meio educacional e nacional. Na década de 90, desdobramento de tais movimentos, houve um cenário de redemocratização do país em que o movimento estudantil se posicionou contra o neoliberalismo e lutou pela permanência de universidades públicas no país que sofriam ameaças de privatização através de um intenso processo de sucateamento e regulamentação das atividades universitárias desenvolvidas.

Durante este período, a Universidade Federal do Maranhão também refletiu problemáticas em decorrência do sucateamento da educação. Dentre as entidades de representação estudantil daquela época, encontra-se a União Nacional de Estudantes (UNE), legalmente reconhecida como entidade máxima de representação dos estudantes pela Constituição Federal de 1988; o Diretório Central Acadêmico; Diretório Acadêmico (DA); Centro Acadêmico (CA); e outra mais específica do Movimento Estudantil de História, como a Federação dos Estudantes de História (FEMEH). O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, entidade representativa dos estudantes do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, uma instância do Movimento Estudantil de História, é um exemplo de organização estudantil existente e atuante na universidade.

Diante dos ocorridos, surgem as seguintes questões: Como se posicionou o Movimento Estudantil? Como o Centro Acadêmico *Lagoa Amarela* reflete essa militância em defesa da universidade pública? Qual a representação dos ex-militantes sobre a época? Dessa forma, esse artigo tem como objetivo investigar a atuação do Movimento Estudantil de História refletida na Universidade Federal do Maranhão e representado pelo Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela*, na segunda metade da década de 90.

Para desenvolvimento da narrativa histórica, utiliza-se fontes documentais do acervo produzido pelo Centro Acadêmico *Lagoa Amarela*, que contém possíveis envolvimento em defesa da universidade entre os anos 1990 a 1999. A análise gira em torno de conhecer quais foram as demandas do movimento estudantil, específico de História, o perfil e posicionamento dos estudantes de História refletidos no arquivo da entidade. Utiliza-se da História Oral como metodologia, através de três entrevistas com ex-discentes que militaram na entidade naquela época, ouvindo e analisando as entrelinhas de suas falas, os possíveis silêncios e esquecimentos, para ressaltar suas vozes.

A história do movimento estudantil faz parte da história da educação brasileira. Analisar esse histórico significa promover a memória da representação estudantil do curso e sua contribuição para uma universidade mais democrática a partir de um sujeito que a faz existir, funcionar, mas também resistir, que são os estudantes. Como também a memória da universidade, em específico a Universidade Federal do Maranhão que possui 55 anos de existência. O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* carrega em seu nome a memória do quilombo liderado por Negro Cosme, um lugar de resistência ao sistema de escravidão no Maranhão, onde eram desenvolvidas atividades educativas para quem ali chegava. Dessa forma, quais memórias são tocadas estudando uma entidade que simboliza resistência e possui um considerável histórico de atuação no movimento estudantil? Em tempos de ataques à educação, conhecer o caminho que faz a universidade existir e resistir ao longo do tempo é a principal defesa contra o desmonte do ensino.

2. Redemocratização do Brasil

Brasil, década final do século XX. O país respirava os ares da redemocratização após vinte e um anos de Ditadura Militar (1964-1985). Para discorrer sobre os desdobramentos dos anos 90, da universidade e do movimento estudantil, faz-se relevante lembrar sobre o período ditatorial. O autor Mesquita (2003) teceu sua escrita por vezes retornando ao momento ditatorial que o Brasil vivenciou ao se tratar da militância estudantil. “Sua ação reivindicatória e seu posicionamento político perante o Estado durante a ditadura militar neste país foram cristalizados no imaginário social como o seu grande momento [...]” (MESQUITA, 2003, p. 117).

Nos anos seguintes ao 1º de abril de 1964, dia que foi estabelecido o Golpe Militar², temos como forte característica o autoritarismo que vigora a retenção da liberdade e a censura. Uma sucessão de medidas causou a suspensão dos direitos sociais que eram previstos pela Constituição de 1946.

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes, p.

§ 1º Todos são iguais perante a lei.

[...]

§ 5º É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe (BRASIL, 1946).

Enquanto isso, houve em parte da população uma frente de oposição que lutava para restaurar seu direito de voz política no país, visando à derrubada do regime e reestabelecimento da democracia. Os movimentos sociais das mais diferentes esferas soaram em todo o país e consolidaram-se naquela conjuntura de repressão.

Após um longo tempo de resistência, ocorreu a derrubada da Ditadura Militar, e o país buscou uma redemocratização baseada em princípios dos direitos humanos e cidadania. As eleições diretas urgiam contar com a participação do povo, bem como as medidas necessárias

² Termo utilizado para se referir ao dia 01/04/1964, ano que se consolidou a Ditadura Militar no Brasil.

para garantir uma nova Constituição Federal, pois precisava-se firmar o país para evitar retrocessos. Assim, pode-se contar que o Brasil estava em um processo de transição para a democracia.

Em 1984, abriu-se um processo eleitoral no Brasil que articulou uma série de questões no país, representou a oportunidade de dar mais um passo rumo à restauração da democracia no país. O deputado Dante Oliveira propôs então uma ementa que tinha como proposta estabelecer eleições diretas e alterar a Constituição de 1969 que havia aprovado a eleição indireta. Paralelamente, ocorreu o apoio da população no movimento conhecido como *Diretas já!* que, consoante Bazaga (2013), foi um movimento histórico, social e político que pediu o retorno do voto direto em apoio à ementa Dante Oliveira. Essa manifestação foi um momento histórico para ampliação da democracia brasileira (BAZAGA, 2013, p. 1). Contou com participação das camadas populares que saíram às ruas para finalmente declarar a vontade do povo.

Merece destaque que o discurso pela democracia começa a florescer nesse momento, e a defesa dessa democracia. É nesse momento também que começam discussões entre os intelectuais e a sociedade que permanecem até os dias atuais, como por exemplo sobre ética, corrupção, liberdade de expressão, entre diversos outros temas, gerando as várias contradições desse processo de transição democrática (BAZAGA, 2013, p. 7).

Ainda que tivesse o apoio popular, a ementa não foi aprovada (BAZAGA, 2013, p. 2). Destaca-se a influência militar nas eleições de 1984, ainda que as bancadas de candidatos fossem formadas por civis. Porém, é relevante ressaltar que a campanha *Diretas já!* na eleição de 1984 atuou como parte do processo de transição para democracia, pois mostrou ao povo brasileiro que, ao pedir participação política, simbolizava o declínio da Ditadura Militar naquele momento. As ruas tornaram-se palco de manifestação a favor da redemocratização. Tornou-se um símbolo dos movimentos sociais ocorridos na época.

Em 1985, José Sarney tornou-se o primeiro civil presidente do Brasil. Vale ressaltar que o presidente contava com apoio dos militares que fizeram parte desde a formação de sua candidatura, e das eleições, como também de forças da elite conservadora em seu governo. Três anos após sua posse, era promulgada a Constituição de 1988, símbolo de “progresso

democrático”. Dessa forma, observa-se em seu primeiro artigo a organização em torno da concretização da cidadania.

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Destacam-se temas como a pluralidade política, a dignidade da pessoa humana. No parágrafo único, o texto enfatiza onde reside o poder, entregando para o povo o direito de optar diretamente nas escolhas do país.

Em 1989, o ano de virada para a nova década, abre-se o processo eleitoral. Para Martuscelli “[...] foi uma circunstância conjuntural que repercutiu em mudanças importantes no cenário político nacional [...]” (MARTUSCELLI, 2005, p.11), posto que foi o retorno das eleições diretas, uma conquista que foi bandeira de luta com as *Diretas já!* em 1984. Marca-se então a primeira eleição direta, duas décadas depois da Ditadura Militar. Uma campanha que passou a gerar uma nova discussão do país.

Nessas eleições presidenciais de 1989, a crise da hegemonia burguesa se manifestou não só no baixíssimo desempenho eleitoral dos grandes partidos e na incapacidade do governo Sarney em conduzir o processo de disputa, mas na própria pluralidade de projetos políticos apresentados pelas candidaturas ligadas ao bloco no poder [...] (MACIEL, 2011, p. 100).

O segundo turno foi polarizado por Fernando Collor de Mello, descendente de família envolvida na política brasileira, e Luís Inácio Lula da Silva, militante pelas causas trabalhistas. Candidatos com características bem opostas e pautas bem definidas de lutas.

Claro representante de uma fração dominante ilustrada, bem formada, cosmopolita e poliglota, o projeto político de Collor de tomada de poder foi ameaçado por outro também recente membro do cenário político nacional, Luís Inácio Lula da Silva. Candidato que alardeava sua origem de retirante nordestino. Lula apresentava-se publicamente como intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 70, à fundação de um partido

de massas, cuja precária formação acadêmica em nada o desqualificaria para assumir o mais alto cargo da República (ALMEIDA, 2013, p. 33).

Como afirma Martuscelli “A primeira experiência brasileira de implementação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”, no âmbito do poder federal, ocorreu somente a partir da eleição de Collor em 1989” (MARTUSCELLI, 2005, p. 12). As eleições de 1989 proporcionaram a introdução de novas ideias econômicas para o Brasil e a abertura para a noção política que se encaminhava na década de 1990. “A década de 1990 marcou uma mudança importante na arena política brasileira” (MIANI, 2017, p. 06). Para muitos, os anos 90 seriam a “década perdida” por causa do desequilíbrio econômico e acreditavam que a solução seria uma agenda neoliberal que foi usada para inserir o Brasil na forte onda capitalista.

A partir de então consolida-se o discurso de que a agenda neoliberal é o único caminho para a resolução dos problemas oriundos da chamada “década perdida”. Assim sendo, analisar o processo de construção do neoliberalismo no Brasil exige um olhar mais atento às estratégias de Fernando Collor no sentido de hegemonizar e naturalizar as propostas neoliberais e, assim, sobrepor-las frente aos demais projetos, principalmente ao presente na candidatura de Lula [...] (ALMEIDA, 2013, p. 342).

O discurso sobre cidadania também vigorou naquele momento, tendo em vista que fazia parte do contexto de redemocratização, embora tenha se estabelecido de forma precária e corroída por interesses políticos. Segundo o autor Miani (2017), o conceito de cidadania geralmente se associava a direitos, deveres e necessidades fundamentais, todavia esse discurso também compõe bastante daquilo que os sujeitos políticos transmitem em seus discursos.

O contexto estabelecido, que no caso insere-se no processo de redemocratização do país e transição política, reflete um discurso de cidadania marcado pela política neoliberal. Um projeto que prometia a restauração da identidade brasileira e a reconstrução da economia. Dentre seus precursores estão Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC). No cenário de reestrutura da democracia, ganhava respaldo o discurso e estratégia política defendida por Collor e ancorados no neoliberalismo. Esse tipo de economia se estabelecia, pois havia espaços para abertura de tal demanda,

Isso ocorre por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque a implementação das políticas neoliberais, apesar de representar uma mudança no padrão de

intervenção do Estado, não se traduz necessariamente na “retração radical” de todas as atividades estatais; em segundo lugar, porque as políticas neoliberais não são implementadas num “espaço vazio”, mas em formações capitalistas concretas, atravessadas por conflitos de classe e, portanto, por resistência a certos aspectos dessas políticas (MARTUSCELLI, 2005, p. 7).

Enquanto Collor apresentava-se a favor do neoliberalismo, Lula era sua oposição. Na teia dos debates e discursos, o neoliberalismo defendido por Collor muito se distanciava das demandas de proximidade da qualidade de vida defendida por Lula, tendo em vista que privatizando serviços que outrora o Estado coordenava, minimiza-se os direitos trabalhistas, o que dificultava o acesso ao trabalho. As eleições presidenciais de 1989 trouxe avanço para a democracia, com eleições diretas. Todavia, acarreta um retrocesso nos direitos dos trabalhadores do campo com a vitória final de Fernando Collor de Mello.

O novo presidente, assim que assumiu, centralizou o poder na esfera do executivo, adotou medidas provisórias, diminuiu os ministérios. Tais intrigas internas que vieram a enfraquecer o seu mandato. As novas formas de ditar regras começavam a ser definidas baseadas no fortalecimento do executivo. Denúncias sobre práticas de corrupção envolvendo o presidente Collor desestabilizou o mandato ocasionando seu afastamento. Baseados nos trâmites constitucionais, intensificaram o pedido de *Impeachment*.

Para os propósitos deste estudo, é relevante discutir o encaminhamento constitucional oferecido pelo artigo 85 no caso de abertura de processo de *impeachment* do presidente. Ou seja, de acordo com a Constituição Federal, esse processo é definido como um processo criminal. Nesse sentido, Collor seria afastado do cargo de presidente da República, caso fosse responsabilizado pelo crime de agir contra a “probidade na administração” e o “cumprimento da lei e das decisões judiciais” (MARTUSCELLI, 2005, p. 58).

Esse processo resultou no que ficou conhecido por *Impeachment de Collor*, no dia 29 de setembro de 1992. A população apresentou-se em protesto, um movimento conhecido como *Fora Collor* que ganhou grande repercussão nas ruas do Brasil. Encontrou-se grupos diversificados de movimentos sociais, dentre eles o movimento de estudantes que contribuiu na organização e reestabelecimento nas ruas. Seguidamente, ele fez uma carta renunciando ao cargo quando soube da sua perda, mas teve seus direitos políticos cassados por 8 (oito) anos. Nesses termos, tem-se o primeiro presidente *impeachmentado* na história política do Brasil. “Com

o *Impeachment*, uma situação inédita na realidade brasileira se tornou realidade e a população (por meio de seus representantes no Congresso Nacional) levaram a cabo o direito de destituir um governante de seu mandato” (MIANI, 2017, p. 12).

Após o *Impeachment* quem assumiu a presidência do Brasil foi o vice-presidente. Nesse caso, Itamar Franco, que teve sua posse em 2 de outubro de 1992. Importante ressaltar que para o cargo de ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda, ele nomeou Fernando Henrique Cardoso, que veio do Rio de Janeiro, professor universitário com conhecimentos acadêmicos em Economia. Essa escolha levou a outro cenário, em que FHC estaria se preparando para se candidatar à Presidente da República do Brasil. Como ministro, FHC organizou o Plano Real³, e naquele instante o país encarava um profundo nível de pobreza e desemprego, as questões sociais do país estavam paralisadas, isto é, os problemas ainda estavam crescentes.

Devido à credibilidade do Plano Real, FHC mostrou-se como o candidato que concorreria as eleições de 1994 e cujo concorrente foi Lula que, depois do *Impeachment*, alcançou uma grande credibilidade e aproveitou-se disso para essa nova eleição. Todavia, o vencedor do pleito foi FHC e Lula ficou em segundo lugar. Considera-se que o Plano Real planejado, ainda enquanto ministro, pode ter garantido a credibilidade por parte dos eleitores, uma vez que o desemprego estava em alta e essa medida econômica prometia estabilizar a economia, trazer uma nova moeda característica do Brasil.

Em 1995, FHC recebeu a faixa presidencial e tomou posse do Governo. Suas propostas centrais foram voltadas para a estabilização do Plano Real que o país já tinha adotado como método de crescimento,

[...] passou-se a defender como sinal de responsabilidade política a adesão e o apoio à agenda do Plano Real, que implicava sustentar também reformas estruturais apontadas como vinculadas à estabilidade de longo prazo (COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 3)

³ Um projeto de moeda no governo de Itamar Franco com objetivo de estabilizar e integrar o Brasil à economia internacional.

Priorizou-se uma agenda governamental neoliberal baseada na diminuição do quadro de empresas estatais, na promessa de pagar a dívida externa e trazer mais empregos, gerando maior circulação de renda no país. Iniciou-se uma era de privatização que gerou repercussão em muitas áreas. “Sendo assim, setores estratégicos da economia ficam imunes a qualquer perspectiva democrática, numa verdadeira privatização do aparelho de Estado e de suas funções públicas” (MACIEL, 2007, p. 3). Já no início de seu mandato, FHC trabalhou em consolidar suas propostas.

Segundo Maciel (2007), o processo de privatizações trouxe consequências com relação aos serviços de acesso público, [...] Desde o início dos anos 90 os gastos do governo com bens sociais e com serviços públicos foi sendo reduzido progressivamente” (MACIEL, 2007, p. 6-7). Para isso, foi necessário que ocorressem alterações constitucionais, pois a Constituição Federal de 1988 proibia a privatização das estatais. Segundo Couto e Abrucio (2003), “As cinco primeiras emendas do período FHC eram todas referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica”. A educação entrou nesse planejamento, assim como o gás, a comunicação e o petróleo (COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 5).

Sobre o processo de privatização, ele ocorreu aos poucos. Ainda no governo de Fernando Collor muitos funcionários foram demitidos por iniciativa do governo, em 1990, que alegava falta de recursos estatais para sustentar. Todavia, em setembro de 1994, a empresa faturou um alto índice de recursos, mesmo quando alegavam a escassez por ser estatal. Assim, encontra-se fragilidade no discurso em que se baseava a privatização. “[...] e seu lucro líquido naquele ano foi de US\$ 304 milhões, sendo de US\$ 721 milhões em 1995 e de US\$ 558 milhões em 1996, o que desarma o discurso de que a empresa era deficitária nos anos anteriores a sua privatização (COELHO, 2015, p. 37).

No que tange ao segmento da educação, em 1995 o governo ocupou-se em estabelecer um conjunto de políticas visando à reforma da educação nacional. Segundo Hermida (2012), “No âmbito da educação, o governo se empenhou em regulamentar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei nº. 9.394, de 1996) [...]” (HERMIDA, 2012, p. 2). A reforma teve início de tramitação a partir do ano de 1988 e a principal modificação

educacional foi a abertura para o mercado inserir o ensino privado, retirando do Estado a intensa responsabilidade de oferecer o ensino público de qualidade.

No caso específico da LDBEN, ela ficou famosa por ser uma versão “mínima” de projeto educativo para a educação nacional, na qual aspectos que deveriam caracterizar uma lei maior de educação foram deixados de lado ou em aberto para posteriormente serem regulamentados de forma tópica (HERMIDA, 2012, p. 14).

O discurso sobre a melhoria na educação partindo de iniciativas privadas foi sustentado naquele momento “[...] os documentos ressaltam a ideia de que a situação da educação melhorou significativamente na década de 90, em especial depois do ano de 1995 – ano em que FHC assumiu a Presidência da República” (HERMIDA, 2012, p. 5). Em 20 dezembro de 1996 foi aprovada a LEI Nº 9.394.

Em 1997, FHC concorreu novamente às eleições. Mesmo com toda a turbulência ocasionada no seu governo por causa das decisões tomadas, inclusive em termos de privatizações, FHC firmou a ideia de que sustentaria o país. Pode-se entender os anos 90 e início do século XXI como “Era FHC” devido aos dois mandatos exercidos e a série de reformas que modificaram o cenário do país, ocasionando a reestruturação da sociedade, inclusive na educação.

O Maranhão refletiu as políticas neoliberais que o país estava vivenciando e o discurso de cidadania apropriado pelo sistema capitalista enfatizava uma modernização que seria possível com a adoção de uma agenda neoliberal que prometia qualificação da mão de obra regional para concorrência no mercado que se instalava no mundo globalizado. Roseana Sarney, eleita em 1994, apoiou FHC em suas propostas e houve uma série de reformas, principalmente aquelas voltadas para questão agrária no Estado.

O carro chefe das prioridades governamentais foi a reforma do aparelho administrativo do Estado, divulgada como ação para alcançar a modernização do Estado e conseqüentemente o fortalecimento da cidadania [...]. Uma outra prioridade de Roseana Sarney, apresentada em sua campanha e na gestão, foi a chamada reforma agrária como uma medida que devia ser tomada para reduzir os conflitos e garantir alimento para o povo do campo (SILVA, 2013, p. 7).

Naquele momento as modificações vigoraram, conseqüentemente atingindo o Maranhão. Observa-se que na década de 90 recorreu somente um representante que compartilhava das mesmas ideias. Logo, entende-se que a instalação neoliberal predominante nesse período atingiu diversos setores, principalmente a educação, pois ela reflete a sociedade.

3. Universidade pública e o movimento estudantil

Para o diálogo sobre o movimento estudantil, faz-se necessário compreender o espaço que ele se encontra, a relação de força que o rege. Ao estudar o histórico da universidade, cabe entender que ela deve ser analisada dentro do contexto em que está inserida, pois a universidade compreende as expectativas de determinado tempo.

O ponto de partida para qualquer discussão sobre universidade não poderá ser, portanto, “o fenômeno universitário” analisado fora de uma realidade concreta, mas como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país (FÁVERO, 2006, p. 17-18).

O processo de criação das universidades no Brasil foi tardio se comparado a outros países da América Latina. “Até então, Portugal não consentia, apesar dos esforços dos jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil [...] diferentemente da América Espanhola, onde a ideia de universidade emergiu mais cedo” (COSTA, 2014, p.54). Enquanto colônia portuguesa, não havia incentivo para a criação de universidades, pois era costume enviarem seus filhos para estudarem na Europa.

Mesmo sem a concepção de movimento estudantil organizado, percebe-se estudantes pressionando sobre a criação do ensino superior no Brasil, “[...] reportamo-nos à participação estudantil que já ocorria no Brasil antes mesmo de o país possuir universidades próprias. A existência de jovens que estudam em conventos e em colégios religiosos e daqueles que iam estudar na Europa [...]” (COSTA, 2014, p.55). Nota-se que esses estudantes contribuíram para a modificação do ensino, pois traziam em suas bagagens outras teorias, intelectuais, modelos educacionais que circulavam nos países europeus quando retornavam ao Brasil.

Sobre tal assunto, Artur José Poerner (1979) aponta um histórico da militância estudantil, traçando conseqüentemente a história da educação através de tais sujeitos iniciados pela influência europeia que obtiveram em seus primórdios,

Os estudantes é que trouxeram da Europa as idéias revolucionárias de Voltarie, Rousseau e Montesquie, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução, no Brasil, daqueles ideais, até que se concretizasse, em 1827, o sonho inconfidente da fundação de uma Universidade no País (POERNER, 1979, p. 56).

Os primeiros cursos que surgiram foram Direito, Medicina, Administração, com a vinda da Família Real e a necessidade da elite em educar seus filhos dentro do território. Observa-se que o acesso ao ensino superior seria sinônimo de manutenção do poder das famílias em altos cargos naquela época. Nas terras maranhenses, a educação superior foi tardia comparada ao resto do país e veio desse desdobramento nacional influenciado pelo crescimento das universidades. Nesse contexto, a primeira escola superior no Maranhão, bem como em todo o país, é fundada e mantida por fins lucrativos particulares da Fundação Paulo Ramos. Assim, encontra-se o nascimento do ensino superior no Maranhão que ficou localizado na capital São Luís. O primeiro curso que se tem conhecimento foi o de Direito (COSTA, 2014, p. 65-66).

Em 1930, Getúlio Vargas consolida a criação de cursos agregados. Dessa forma nasceu essa concepção de espaço universitário e a educação passou a ser mantida pela União através do processo de federalização. Nesse contexto, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como seu primeiro titular Francisco Campos.

Na inauguração dos trabalhos, o ministro declara que a Universidade do Brasil, mantida pela União, “precisa ser perfeita”. Afirma ser intenção do governo simplesmente “fazer uma universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração da lei. Que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso, torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado uma cidade universitária” (FÁVERO, 1999, p. 23).

Compreende-se que a junção dos cursos superiores possibilitou diálogo maior entre os acadêmicos. Naquele momento, o movimento estudantil ganhou uma identidade e a criação da universidade trouxe um decreto que regulamentava essa representação. Passou a existir o Diretório Central Acadêmico (DCE), o ápice da representação estudantil dentro da universidade (POERNER, 1979, p. 156). Representante das vozes dos cursos em demandas nacionais e locais, como: alojamentos, alimentação ou trâmites técnicos dentro da academia; enquanto o

Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) trata das demandas do corpo discente restrito aos respectivos cursos.

Analisar o movimento estudantil no Brasil significa passar pelo período ditatorial, visto que houve a marcante consolidação e efervescência de organização das entidades estudantis no país, com envolvimento político estudantil tanto secundarista quanto universitário (GUILHERME, 2001, p. 83).

No final da Ditadura Militar, marcada em 1985 quando um civil, José Sarney, assumiu a Presidência da República, as entidades de representação estudantil foram legalizadas em 31 de outubro e a União Nacional dos Estudante se tornou a representante estudantil no país. Considerando que no período ditatorial foram muito reprimidas, tal ato simbolizou uma conquista para o movimento estudantil.

Nos anos 90, período de transição política, o diálogo sobre direitos humanos e a cidadania foram cada vez mais buscando se reafirmar diante das advertências que vinham se instalando pelos governos que vieram depois do período de Ditadura Militar (1964-1984) e da repressão que sofreram. Veio o caso das *Diretas já!*, e ocorreu a participação estudantil, bem como o *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

A política praticada pelo presidente Fernando Collor de Mello, e principalmente vigorada com Fernando Henrique Cardoso (FHC), estabeleceu uma agenda neoliberal e a lógica de enxugamento dos gastos com serviços públicos no Brasil. A era FHC trouxe uma série de reformas, bem como privatizações na área educacional.

[...] foi sobretudo a partir da década de 90, com um investimento cada vez menor do Estado no campo da educação, que as universidades públicas brasileiras acabaram se deteriorando: “[...] entre 1995 e 1999, houve uma redução de 17,3% nos gastos com as instituições federais de ensino superior e de 22,8% em sua participação no PIB, contrastando com o aumento de 17,9% na oferta de vagas e de 20,4% no número de matrículas (BOTTONI, SARDANO e COSTA FILHO, 2003, p. 32).

Na década de 90, o perfil do movimento estudantil modificou-se em consequência do neoliberalismo. Os discentes que ingressaram na universidade estavam conduzidos pela lógica mercadológica, ou seja, entravam com intenção principal de obter formação profissional para

alcançar uma vaga no mercado de trabalho. Assim, houve modificação também do movimento estudantil universitário (MESQUITA, 2001, p. 56).

Chegar na universidade pública continuou sendo privilégio e esse quadro agravou-se, pois o número de vagas caiu à medida que os recursos repassados do governo foram sendo controlados. Paralelo a isso, as faculdades de iniciativa privada aumentaram, foram ganhando espaço e crescimento na década de 90, pautadas na Lei de Base e Diretrizes de 1996. A principal chave de modificação foi a abertura para atuação de iniciativas privadas e a modificação do modelo de universidade (RIBEIRO, 2000, p. 60). Acreditava-se que tal prática poderia gerar uma gradativa privatização do ensino e o Estado não seria mais responsável de oferecer gratuitamente tal ensino para a sociedade, voltando assim, para uma educação fortemente elitista.

Título IV

Da organização da educação nacional

[...]

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam -se nas seguintes categorias administrativas:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (LEI Nº 9.394/96).

Corroborados nisso, os acadêmicos das universidades públicas eram bem visados no mercado de trabalho e poderiam assumir vagas para ministrar aulas mesmo que ainda graduandos. Essa ideia foi modificada somente em 1999 por força do *Decreto nº 3.275*, de 6 de dezembro, solicitando formação no ensino superior para atuar no ensino básico.

Assim, os que vinham da classe baixa e média da sociedade aceitavam as vagas de emprego ainda graduandos, pois em meio à baixa perspectiva de renda financeira que acontecia no país e o sucateamento das universidades, muitos optavam por esse caminho como forma de garantia.

A norma da eficiência e da competição leva grande parte dos estudantes a preocupações mais localizadas e especializadas como solução imediata para seus interesses. A insegurança, o ‘realismo’, o pragmatismo, o individualismo, a tendência em aceitar as leis do mercado, são características ou mudanças que vão sendo

incorporadas no modo de ser do estudante, e são conseqüências também da própria forma como a universidade está sendo estruturada (MESQUITA, 2001, p. 57).

Observa-se que houve diversas reações diante disso: aqueles que mantinham a visão de formação profissional e aqueles que ainda acreditavam na universidade como lugar de construir conhecimento através do debate, da luta e do posicionamento. Gerou-se um preconceito com relação aos militantes universitários.

Entre as pautas da educação também estava o *Provão*, o modelo de avaliação do ensino universitário que o Ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, do Governo FHC, pretendia aplicar. Ele defendia que tal prova mediria o conhecimento nas universidades e aumentaria as verbas, mas os estudantes acreditavam que isso serviria como forma de limitar os repasses para as universidades, uma vez que as provas não coincidiam com o modelo de ensino universitário (MESQUITA, 2001, p. 114).

Foram marcos políticos o *Fora Collor!*. No primeiro mandato de FHC, Defesa da Universidade Pública; segundo Mandato de FHC com o movimento *CHEGA DE FHC!*. Essa tomada de postura devia-se ao entendimento da representação estudantil como espaço de importância para o meio social na atuação das demandas políticas do país. Um movimento que aspirava atuar em pautas que eram latentes e importantes para o rumo do país que estava passando pela transição política.

O sucateamento das universidades, com práticas de privatização dos serviços básicos e cortes nas verbas, ocasionava baixa infraestrutura na universidade. Outros temas, como a reforma universitária e avaliação institucional, foram enfatizados. A defesa da educação pública brasileira, em específico nas universidades, tornou-se legítima.

4. Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela: lugar de resistência

O CAHIS *Lagoa Amarela* fundou-se como entidade representativa dos estudantes de História da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. O nome *Lagoa Amarela* faz referência a um quilombo do Maranhão fundado por Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme, um escravo ativista que lutava pelo fim da escravidão. Lagoa Amarela representava o lugar de resistência ao sistema escravocrata, onde eram desenvolvidas atividades

educativas para os negros escravizados que ali chegavam. De tal inspiração veio o nome atribuído à entidade de representação estudantil de História da UFMA. O slogan do CAHIS *Lagoa Amarela* representa o símbolo dessa resistência no Maranhão. Portanto, a entidade firmase na ideia de resistir, lutar, formar e representar o movimento estudantil de História.

Figura 1 – Logotipo do CAHIS *Lagoa Amarela*



Fonte: Acervo CAHIS *Lagoa Amarela* Gestão *Apologeticus: Unidos pela História*

O Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* acumulou um vasto material ao longo de sua existência pelas gestões que atuaram na entidade. Trata-se de documentos diversificados, entre eles: cartas, ofícios, panfletos, informativos, projetos, memorandos, fotografias, editais, jornais, recibos, slogans, fichas de inscrição, atas.

Os documentos que datam a década de 90 estavam datilografados⁴, em sua maioria, alguns já digitados. Foram mapeados a seguinte quantidade de documentos no material disponível entre os anos de 1992 à 1999:

Tabela 1 – Quantidade de Documentos

ANO	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS
1992	1 (um)
1993	4 (quatro)

⁴ Máquina de escrever utilizada naquele tempo.

1994	36 (trinta e seis)
1995	37 (trinta e sete)
1996	64 (sessenta e quatro)
1997	57 (cinquenta e sete)
1998	28 (vinte e oito)
1999	33 (trinta e três)

Fonte: Elaborada pela autora.

Para análise, levou-se em consideração conhecer o contexto, observar quem as escreveu, os critérios adotados, uma vez que o trabalho historiográfico se encontra nesse interesse de análise do passado partindo do presente.

Levando em consideração que se trata de uma história recente, foi utilizado como suporte para essa investigação a História Oral, conforme teorização de Robert Frank (1999). A História Oral serve também para ouvir as vozes que não soaram em seus tempos. Então foi estabelecido um diálogo entre memória escrita e oral, levando em consideração que possibilitam entender as motivações dos movimentos (FRANK, 1999, p. 105).

O primeiro entrevistado foi o Prof. Me. Wagner Cabral, ex-discente e atualmente compõe o quadro do Departamento de História da UFMA. A segunda foi Prof^a Dr^a Helidacy Corrêa, e o terceiro entrevistado foi Prof. Dr^o. José Henrique Borralho. Ambos ex-discentes que atualmente compõem o quadro de professores do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Todos os entrevistados atuaram no CAHIS *Lagoa Amarela*.

As fontes escritas e orais do CAHIS *Lagoa Amarela* refletem algumas demandas emergentes na época, dentre elas destaca-se aqui as que contêm vestígios da militância do movimento estudantil em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Embora seja chamado com frequência de CAHIS *Lagoa Amarela*, em muitos momentos encontrou-se nos documentos referência à C.A, outras vezes D.A. De acordo com o regulamento da FEMEH, as duas nomenclaturas servem para identificar “O movimento estudantil de área, ou seja, por curso, pode ser representado de várias formas, desde centro ou diretórios de base” (FEMEH E EXECUTIVA, 1994, p. 1).

Através das fontes escritas, mapeou-se um regimento que direcionava as eleições do CAHIS *Lagoa Amarela*. Observa-se que eram fundamentados em princípios democráticos. A

versão do edital iniciou com o *Preâmbulo* explicando o motivo do documento, o tempo de duração do mandato e demais procedimentos.

PREÂMBULO

Este regimento tem por finalidade regulamentar as eleições para a nova diretoria do Centro Acadêmico “Lagoa Amarela”, para o período de novembro de 1996 a 1997. Tem como objetivo a execução, como obrigação de elevar e engrandecer o movimento estudantil, de maneira tal que adquira ainda mais, o respeito dos eleitores estudantis e conduzindo-os a participar da tão citada democracia. Ajudando na educação e no melhoramento do entendimento político que ainda muito superficialmente nos submeteremos e que certamente não conhecemos (REGIMENTO ELEITORAL CAHIS, 1996, p. 1).

Segundo o regimento, o CAHIS *Lagoa Amarela* possuía tais cargos: Coordenação; Secretaria Geral; Secretaria de Finanças; Secretaria de Formação Política; Secretaria de Imprensa; Secretaria de Cultura e Secretaria de Esportes. Os cargos correspondiam à forma como a entidade se articulava. Vale ressaltar que a Secretaria de Formação Política tinha como função articular a militância e auxiliar o envolvimento dos discentes na política. Desta forma, o CAHIS organizava-se e cumpria sua função como representação estudantil, mas era também lugar de resistência e formação política na universidade.

Através da pesquisa em fontes escritas e nas fontes orais, foi possível mapear uma parte dos nomes das gestões que atuaram na entidade. Entende-se que tais nomes simbolizam a identidade e o perfil de militância que pretendiam exercer, sendo relevante para a análise.

Tabela 2 – Gestão CAHIS *Lagoa Amarela*

Ano	Gestão
1995	Historiação/ Mudança a História
1996	Ativando a História/ Fim da Estória
1997	Ação Histórica
1999	Não foi possível mapear

Observou-se entre o acervo a regulamentação de representação estudantil feita a partir da Constituição Federal de 1988, no governo de José Sarney, como já citado. O *Jornal*

Historiando, produzido pelo CAHIS Lagoa Amarela na Gestão Ação Histórica, discorreu sobre a legalidade das entidades. Destacou-se a UNE como representante máxima, assim como os DCE's pela universidade e os D.A's/ C.A's em cada curso.

Acervo 1 – Jornal Historiando Gestão Ação Histórica



Fonte: ACERVO CAHIS - UFMA, 1997

Sobre o processo de sucateamento das universidades públicas, o entrevistado Henrique Borralho descreveu a preocupação naquele momento com relação à política e seus desdobramentos no espaço universitário, fazendo referência ao processo de privatização das universidades. Houve memória sobre a falta de materiais básicos necessários para o funcionamento da universidade recorrente nas bibliografias sobre a temática. “[...] coisas básicas para funcionamento da universidade faltavam e não sabiam como recorrer, [...]” (BORRALHO, 2018).

Paralelo à dificuldade de funcionamento das universidades públicas, houve a expansão das universidades e escolas particulares na década de 90, abrindo oportunidade de emprego para

os graduandos. Por causa das dificuldades financeiras, muitos aceitavam as propostas para lecionar no ensino básico. Como foi o caso do entrevistado Wagner Costa, da entrevistada Helidacy Corrêa, segundo as entrevistas.

Wagner Cabral enfatizou em sua fala: “[...] depois comecei a trabalhar, dar aula, isso acabou atrasando minha formatura [...]” (CABRAL, 2018). A entrevistada Helidacy Correa recorreu que suas memórias sobre a época se dividiam entre o trabalho e a academia “[...]. Os meninos que estavam mais atuantes, eram os que tinham mais tempo para as vivências acadêmicas né. Eu tenho impressão que era mais isso [...]. Os mais velhos da turma era trabalho, faculdade, trabalho né” (CORRÊA, 2019).

Dessa forma, observa-se que o movimento estudantil também foi afetado com as novas políticas juntamente com o país, pois foi época de mudanças nas relações trabalhistas que afetaram a universidade. Resultava em um certo desinteresse dos universitários pela política refletida em parte dos estudantes, gerando um preconceito com relação à militância universitária. Como relatou Borralho, “Tinha muito estudante que entrava e o que ele queria era aula. Ele não queria discussão política porque ele havia entrado ali para conseguir emprego [...]” (BORRALHO, 2018). Com a instabilidade econômica do país, houve um crescimento mercadológico da educação. A liberdade para atuar no mercado de trabalho resultava em apoio financeiro, porém danificava o aproveitamento acadêmico e ocasionava uma certa “privatização do pensamento”.

Outras memórias destacaram a luta em defesa da universidade pública. Em 1999, no dia 26 de março, os estudantes foram às ruas com as frases: *Se cuida FHC, quem derrubou Collor pode derrubar você* e *FHC, pode esperar, a sua hora vai chegar*. No primeiro mandato de FHC, ressalta-se a Defesa da Universidade Pública; já o segundo Mandato de FHC é marcado pelo movimento *CHEGA DE FHC!*. Essa tomada de postura devia-se ao entendimento da importância da representação estudantil.

Como relatou Henrique Borralho, "Em 90 não tínhamos nada, nada. O Centro Acadêmico *Lagoa Amarela* tinha que lutar por tudo né [...]. Era pouco, os estudantes eram muito pobres na década de 90 né, então não era tanto assim, era centavos como hoje [...]" (BORRALHO, 2018).

Acervo 2 – CHEGA DE FHC!.



Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 1999

A LDB de 1996 deu espaço para a iniciativa privada e instituiu como responsabilidade do Estado o controle de qualidade. Dessa perspectiva, criou-se o *Provão*, como explanado na parte anterior do artigo, como política de avaliação do ensino superior adotada pelo Governo FHC. “Assim, ao Estado caberia apenas regular e controlar a educação superior por meio da criação de mecanismos de credenciamento e avaliação” (BOTTONI; SARDANO; FILHO, 2003, p. 32). A crítica a tal método de avaliação não correspondia ao ensino crítico de universidade.

Portanto, entre outras reivindicações da época estava a greve nas federais *Contra o Provão*. A representação feita à caneta no verso de um informativo de reunião trouxe à memória uma pauta latente de luta entre os estudantes em 1996. Os discentes decidiram que iriam à prova, mas a deixariam em branco. Tal arte representou como o *Provão* estava no imaginário dos discentes da época: abafando, sufocando ou mesmo pegando-os de surpresa no meio do sucateamento do ensino.

Acervo 3 – Desenho Provão



Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 1999

O DCE 17 de setembro possuía um *Informativo* feito pela Gestão *Pra não pagar mensalidade*, no qual o próprio nome transmitia a luta contra a privatização da Universidade naquele tempo. Percebe-se que a temática pairava no meio acadêmico e refletia em diversos espaços das entidades estudantis. O reflexo nos nomes das gestões que passavam pelas entidades representativas da UFMA.

Acervo 4 – Informativo DCE Gestão *Pra não pagar mensalidade*

INFORMATIVO do DCE Gestão <small>INFORMATIVO DO DO DCE/UFMA Nº 2 SET/99</small>		
"Pra Não Pagar Mensalidade"		
A FRAUDE ESTÁ SENDO DISFEITA ! VEJA QUAL DCE É O LEGÍTIMO REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES E QUAL DCE SÓ ESTÁ INTERESSADO NA ESTRUTURA DA ENTIDADE E NA BARGANHA COM O REITOR .		
PRINCIPAIS PONTOS DE DISCUSSÃO		
DCE " PRA NÃO PAGAR MENSALIDADE (Chapas 1 e 2) Este conteúdo de momentos e convocou uma assembleia geral para discutir o assunto. Por unanimidade os estudantes deliberaram pela convalidação em 0,03.	ASSUNTO Atuação da gestão	DCE CARTORIAL (chapas 1 e 2) Possuem um a favor do aumento
Possibilitou-se combater a personalização por entender que representa um ataque ao direito de meia passagem. Entrou com uma representação junto a procuradoria do município exigindo o fim da personalização.	Personalização do do passe-ônibus	Calou-se com a situação
Possibilitou-se combater a organização um ato de protesto contra a divisão de as salas.	Direitos das salas do CUBA	Apenas a decisão do BELLEIRO e lançou um documento condenando o ato.
Mobilizou os estudantes para o CONESTUN e parlamento com a proposta de retardar a proposta do BELLEIRO de discutir e aprovar em apenas 15 dias. Propôs que a discussão fosse ampliada para toda a comunidade universitária. Discussão por Centro e por tempo indeterminado.	Discussão da Autonomia universitária na UFMA	Não abriu a boca
Suspens a Diretoria e o DCE, exigindo que o ombus da UFMA fosse para todos os delegados	Ombus para o Congresso da UNE	Fecharam acordo com o BELLEIRO e não usou o ombus para levar os delegados do PC do B e do P.
Pediu ao Banco (C.F.P) que fechasse a conta do DCE até a definição de como ficaria a gestão	Transferência do DCE	Tentaram a conta, antes de qualquer definição, inclusive retirando todo o saldo em 31 de Março.

Fonte: ACERVO CAHIS-UFMA, 1999

Sobre os encontros estudantis, mapeou-se o *XV ENEH HISTÓRIA E GOVERNOS POPULARES*, temática do XV Encontro Nacional dos Estudantes de História. O evento pretendia discutir sobre a relevância dos governos populares no Brasil e sobre a política de FHC que era o oposto naquele tempo. Eram eventos que visavam à concentração dos discentes em uma determinada universidade para formação política com viés social e cultural, além de incentivar o intercâmbio acadêmico. Assim, contemplavam um assunto do contexto político do país para organização do movimento estudantil: debates, grupos de trabalhos e atividades culturais seguindo os requisitos disciplinados pelo *Estatuto da FEMEH*. Sobre tais encontros, encontrou-se registros ao longo do acervo do CAHIS *Lagoa Amarela*, exemplificando categoricamente o funcionamento e temas relevantes da década de 1990.

O evento ocorreu na UFMA e foi realizado pela FEMEH e pelo CAHIS *Lagoa Amarela*. Sobre o encontro estudantil, o entrevistado Henrique Borralho relatou,

[...] além de também ter feito parte da organização do único ENEH em São Luís. Eu era, não foi na minha gestão, a nossa gestão, mas eu fiz parte da gestão anterior embora não fosse da gestão, nós participamos [...] e nós realizamos o ENEH. Foi em 95, né. Nós fizemos um ENEH em 95 [...] (BORRALHO, 2018).

A *Regulamentação do Profissional de História* era pauta de luta das entidades naquela época, refletida no CAHIS *Lagoa Amarela*. Foi citada em diversos pontos como pauta das entidades estudantis e relatado pelo entrevistado Wagner Cabral, “A única questão que estava mesmo na época e continua até hoje é a regulamentação da profissão [...]” (CABRAL, 2018).

Assim, observa-se muitas ações do movimento estudantil regidas pelo contexto em que estavam inseridos. Os documentos divulgaram a comunicação que o CAHIS *Lagoa Amarela* mantinha com as demais instâncias que rodeavam sua existência, como universidades e outras entidades. A diversidade do arquivo ampliou a visão sobre aquele momento, bem como a fala dos entrevistados ao enfatizar o sucateamento e a luta pelo ensino público superior.

5. Conclusão

A universidade é um espaço de acordo com a política educacional da época. Surgiu no Brasil como privilégio das classes mais abastadas. Então, ao longo do tempo, a principal

bandeira de luta foi expandir e ocupar esse espaço tornando-o mais democrático. Nesses impasses, observa-se a universidade como um espaço de resistência, formação social e política.

Na década de 90, o processo de redemocratização do Brasil se deu com a crescente ideologia neoliberal que permeava os países da América Latina e vigorou modificando a educação e o perfil dos estudantes que ingressavam nas universidades brasileiras. O sucateamento do ensino público sinalizava a possibilidade de privatização das universidades em um país onde o acesso ao ensino superior já era limitado a uma classe mais abastada. O neoliberalismo cresceu e atuou dentro do espaço universitário através do sucateamento das universidades e da abertura para a iniciativa privada. A falta de infraestrutura, bem como as ideias de mercado, modificou a função das universidades naquela época.

Observou-se o cenário de redemocratização dialogando sobre cidadania e direitos humanos, a fim de garantir que o país trilhasse caminhos democráticos. O movimento estudantil, inclusive representado pelo Centro Acadêmico de História *Lagoa Amarela* nos anos 90, atuou contra a privatização das universidades, em específico da Universidade Federal do Maranhão. Eles reivindicaram dentro das limitações frente às novas disposições do governo na área de educação. Suas lutas abrangiam elaboração de impressos feitos pelos discentes e que circulavam na universidade reafirmando a representação estudantil, notas de repúdio contra os planos governamentais que sucateariam a universidade, organização de eventos estudantis no espaço universitário como forma de ocupar para o diálogo político.

Vê-se que por meio da memória dos ex-discentes foi possível observar a dupla jornada entre estudo e trabalho. Vale ressaltar que as memórias são fragmentadas, pois o movimento estudantil, principalmente o universitário, renova seus participantes a cada semestre. Nessa experiência foi possível observar nos entrevistados que militaram no CAHIS *Lagoa Amarela* as histórias de vida, a atuação estudantil na política e os rumos que seguiram pós-universidade, suas continuidades e rupturas. Nos relatos dos entrevistados houve a perspectiva enquanto discentes na época, mas também como docentes atualmente. Houve memória sobre o tempo em que estavam completamente inseridos na política através do movimento estudantil e a visão do presente enquanto docentes que discutem política e que possuem função de formar discentes na universidade.

Dino (1996) em *A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)* afirmou que “A história dos Centros Acadêmicos precisa algum dia ser escrita [...]. De que data é a certidão de seus nascimentos?” (DINO, 1996, p. 63). A história do movimento estudantil precisa ser contada, pois trata-se de sujeitos atuantes na construção do mundo. É, muitas vezes, o primeiro contato político que um sujeito tem, um espaço onde se pode acertar, mas também errar, onde devem segurar uns aos outros, onde se equilibra a vida acadêmica e as responsabilidades enquanto militante. Em alguns momentos coincidiram memórias, e em outros elas pareceram destoar daquilo que se tinha conhecimento. Em suma, contribuiu ricamente para o desenvolvimento do artigo com uma perspectiva diferente entre as três entrevistas.

Observa-se que o corte de verbas na universidade inviabiliza a ciência e o desenvolvimento do país, bem como restringe o acesso. Portanto, rememorar os direitos educacionais conquistados é necessário para que haja reconhecimento dos direitos que precisam ser reivindicados e evite retrocesso na educação brasileira. São memórias de um tempo que a universidade pública foi vista como um peso para a economia brasileira, sendo que esta é um instrumento de formação para o desenvolvimento social no país. É necessário que cada vez mais este espaço seja ocupado de forma diversificada, para que haja oportunidades para o povo brasileiro: uma universidade para todos.

6. Referências

ALMEIDA, Monica Piccolo. **A trajetória política de Fernando Collor rumo à presidência: Estratégias eleitorais televisivas**. ANPUH, Rio Grande do Norte, 2013.

BAZAGA, Rochelle Gutierrez. **As “diretas já”**: uma análise sobre o impacto da campanha no processo de transição política brasileira. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 2013. p. 1-2.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus Sardano; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. **Uma breve história da Universidade no Brasil:** de Dom João a Lula e os desafios atuais, .2003. p. 19-42.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus Sardano; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. **Uma breve história da Universidade no Brasil:** de Dom João a Lula e os desafios atuais, .2003. p. 19-42.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985.** Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm. Acesso em: 1 out. 2019

BRASIL. **Lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985.** Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm. Acesso em: 1 out. 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394. Acesso em: 1 out. 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 out. 2019

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado** In: TROCANTE, Charles; ZONTA, Marcio (Orgs.). A questão mineral no Brasil – vol. 1. Marabá – PA, julho 2015.

COSTA, Márcia Cordeiro. **Movimento Estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (1930-1950): uma contribuição à história da educação**. São Luís, 2014.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. **O segundo** v.15 nº.2 São Paulo Nov. 2003.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro Jan./Abr.1999 nº 10. p. 16-32.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. p. 17- 36.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: Chauveau, Agnès. **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Atern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 103-117.

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. **Os Centros Cívicos Escolares e o seu aparato legal (1971 – 1986)**. 2001. Escola Superior de Cruzeiro.

HERMIDA, Fernando Jorge. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. IX Seminário Educacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – **Anais Eletrônicos**. UFPB. João Pessoa 2012.

MACIEL, David. **Neoliberalismo e Autocracia Burguesa no Brasil**. Comunicação para colóquio Max & Engels. 2007.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Campinas, SP. [s.n]. 2005.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil**: O “velho” e o “novo” na militância. Março de 2001.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p.117-119,out.2003.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil do século XX. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero** ISSN 1517-3283.ANO XX - No 39. JAN. / ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12312/14089> . Acesso: 25 jul. 2018.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: História da participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. ed.. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1979.

SILVA, Ilsa Gomes. **Política e ideologia no Maranhão**: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2013 p. 1-10.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).